

ELSEVIER



Prefácio de Marcos Lisboa
Vice-Reitor do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa)

Apresentação de Samuel Pessoa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia
da Fundação Getúlio Vargas

MARCOS MENDES

POR QUE O BRASIL

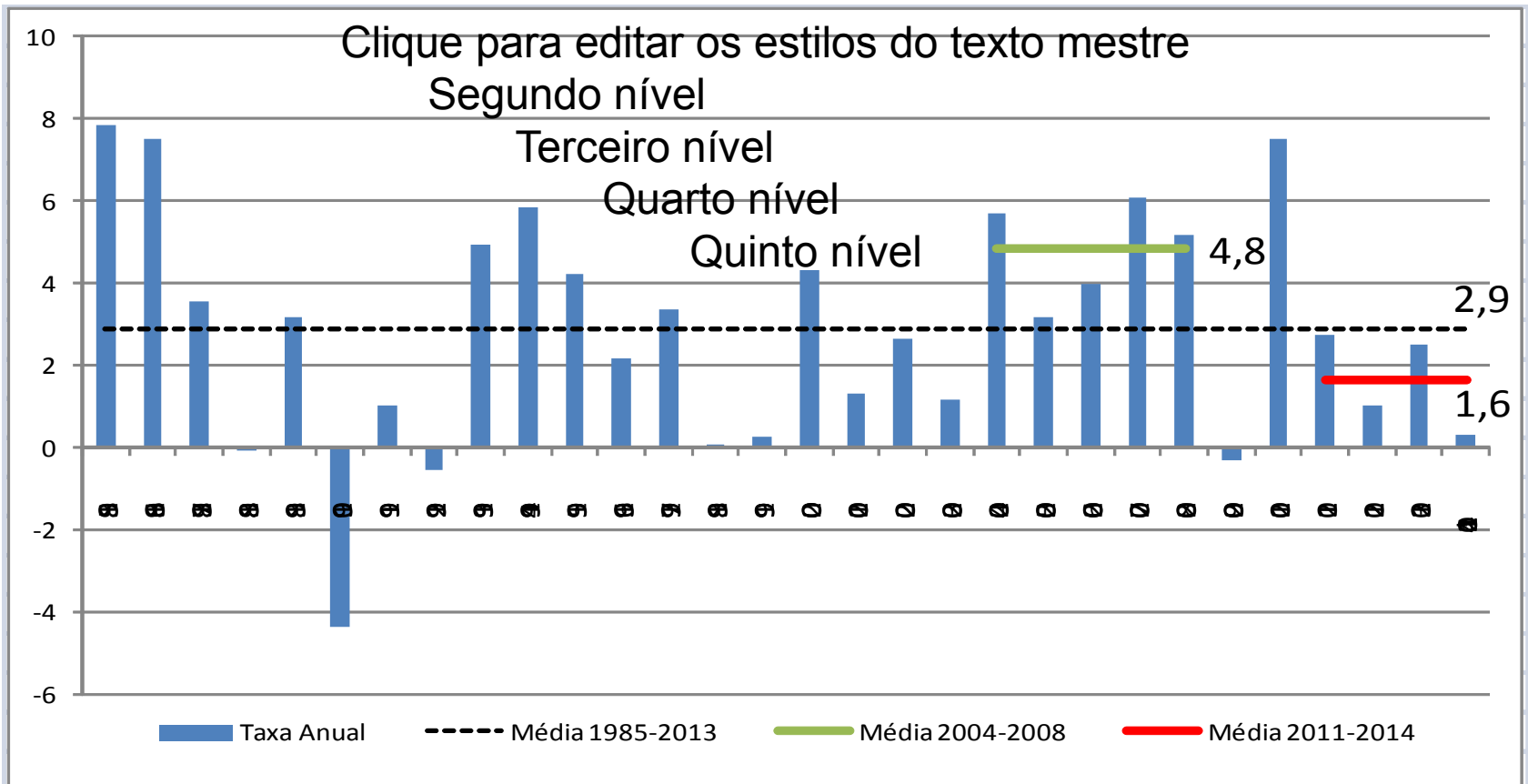
CRESCER POUCO?

Desigualdade, democracia e
baixo crescimento no país do futuro

CAMPUS



Taxa de Crescimento Anual do PIB (% ao ano)

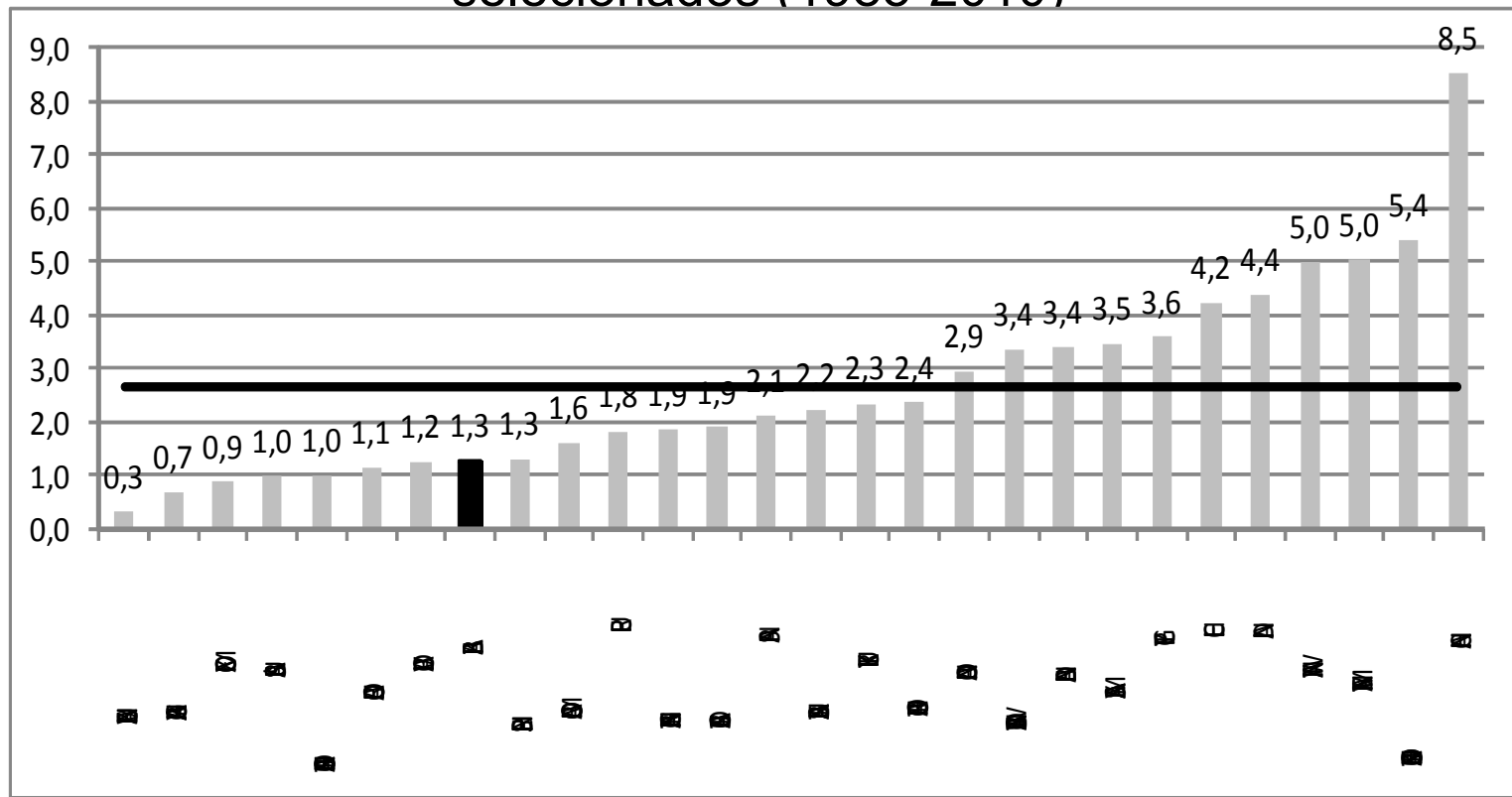


Fonte: IBGE

* 2014 = expectativa Focus Bacen 26/9/2014

Desde a redemocratização, em 1985, o Brasil cresce muito abaixo da média internacional

PIB per capita: taxa média anual de crescimento para países selecionados (1985-2010)



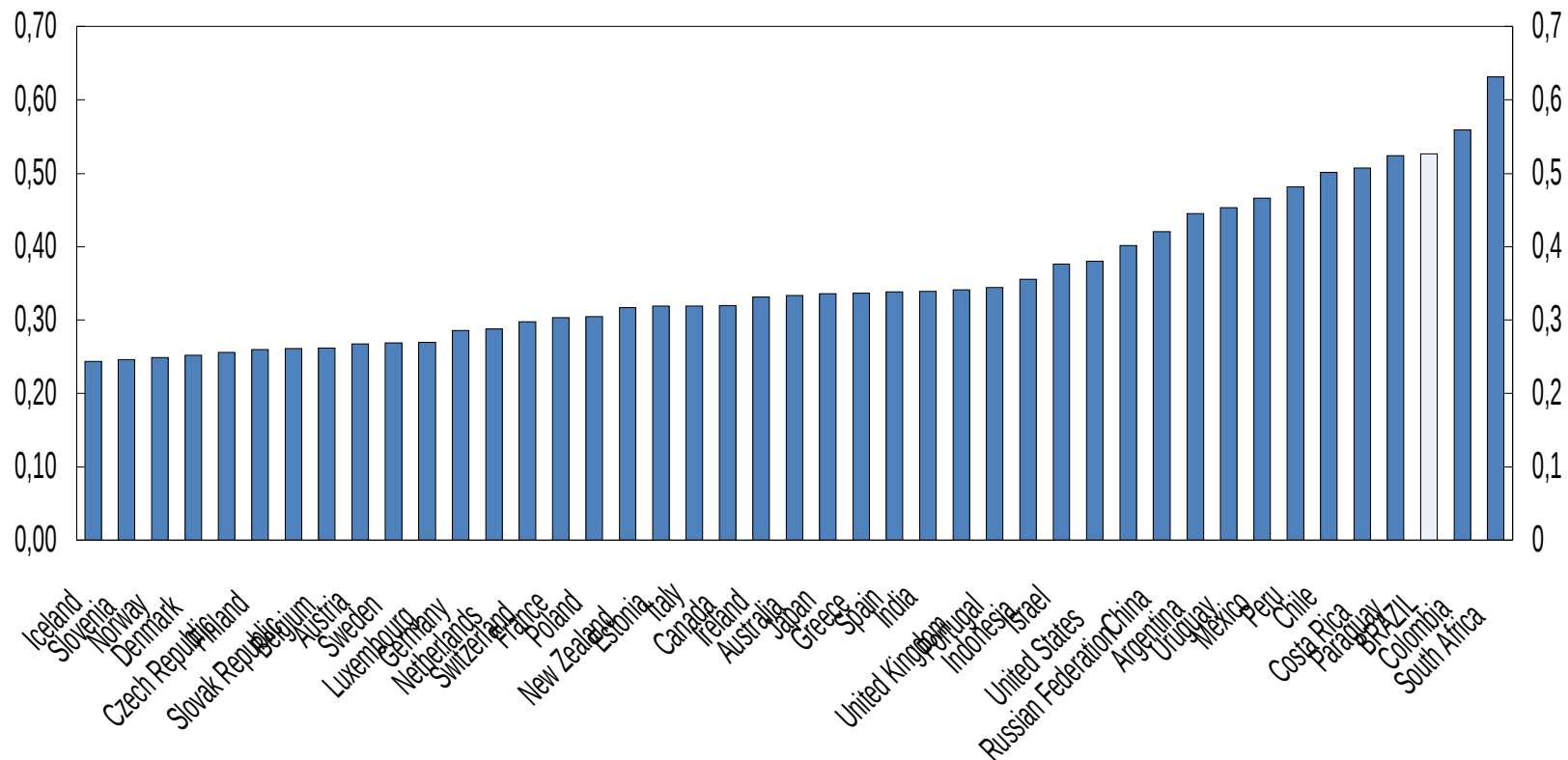
Fonte: Penn World Table 7.1

Causas **imediatas** do baixo crescimento

- 1) alto e sempre crescente gasto público
- 2) elevada carga tributária
- 3) baixa poupança agregada
- 4) legislação trabalhista complexa e de alto custo
- 5) regulação econômica deficiente: agências reguladoras frágeis
- 6) infraestrutura ruim
- 7) economia fechada ao comércio internacional
- 8) Judiciário caro, lento e imprevisível
- 9) baixo nível educacional
- 10) empresas muito pequenas, informais e ineficientes

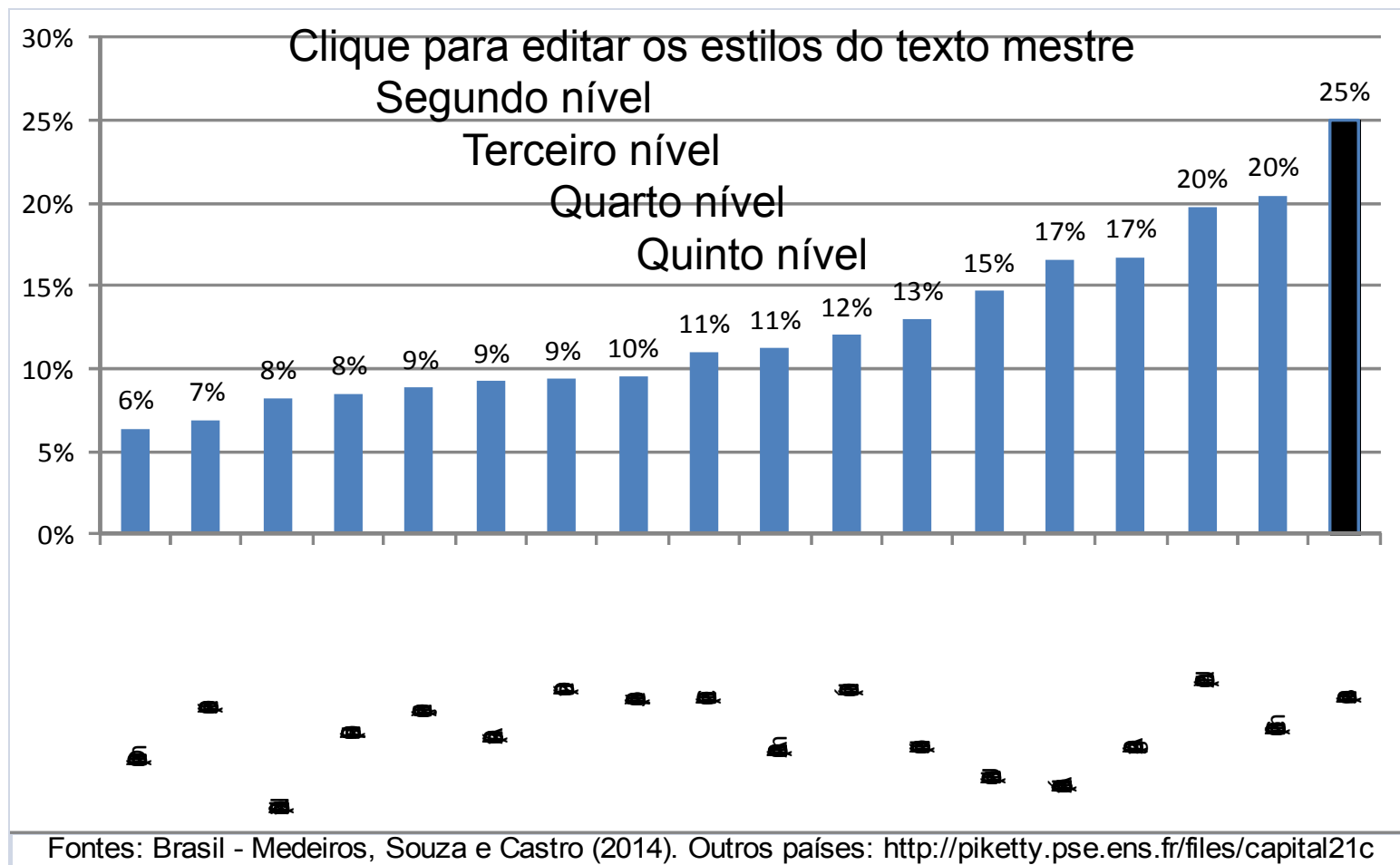
O Brasil é e sempre foi muito desigual

Gini Coefficient of Income Inequality: international comparison



Source: OECD - Brazil Economic Survey 2013

Participação dos 1% mais ricos na renda total



A desigualdade e suas consequências sobre a economia e a sociedade

Desigualdade cria sistema político, judiciário e regulatório a favor dos ricos (Glaeser et al – 2003; Engerman e Sokoloff – 2002, Acemoglu e Robinson - 2011)

Na presença de desigualdade os direitos de propriedade são mal regulados, com viés a favor dos ricos (Gradstein – 2007, Sonin - 2003)

Aumentos da desigualdade elevam os crimes violentos (Fajnzylber, P. et al - 2002)

Polarização de interesses abre espaço para: populismo; movimentos revolucionários de esquerda; golpes contra-revolucionários – ou seja, instabilidade política e social, baixa coesão social e risco para os investidores. (Thorbercke, E., Charumilind, C. – 2000)

Baixa coesão social leva a baixo grau de confiança no próximo, prevalência do “esperto”, percepção de que as regras não são iguais para todos: baixo capital social e alta burocracia levam a baixa produtividade e perda de oportunidade de negócios (Stiglitz, 2013)

Consenso da classe média

(...) sociedades que não são polarizadas são capazes de chegar a um consenso sobre os bens públicos e sobre o desenvolvimento econômico em geral (...) as sociedades de classe média relativamente homogênea têm mais renda e maior crescimento, elas têm mais infraestrutura e maior acumulação de capital humano, possuem melhores políticas econômicas, mais democracia, menos instabilidade política, desenvolvem setores mais modernos, e exibem maior grau de urbanização. (Easterly, 2001, p. 318, 332)
(Tradução livre)

Sociedade dividida

“Quanto mais dividida for uma sociedade, em termos da distribuição da riqueza, mais relutantes os ricos serão para gastar dinheiro com as necessidades de toda a sociedade. Os ricos não dependem do governo para terem parques, educação, assistência médica ou segurança. Eles podem comprar tudo isso. Em decorrência, eles ficam mais distantes das pessoas comuns”. (Stiglitz, 2013, p. 117) (Tradução livre)

Alta desigualdade (em especial quando acompanhada de pobreza) é nitroglicerina para sociedades democráticas

“ É difícil imaginar uma economia e uma sociedade que possa continuar funcionando indefinidamente com uma divergência tão grande entre os grupos sociais”

Thomas Piketty – *Capital in the Twenty –First Century*, p. 297 – a propósito da desigualdade norte-americana, que é mais recente, menos aguda que a brasileira e com pobreza menos intensa.

Apesar de nossa alta desigualdade, o Brasil tem conseguido manter uma democracia com razoável estabilidade ao longo de quase trinta anos.

O custo disso é que geramos uma economia disfuncional e com baixa capacidade de crescimento

Causa **profunda** do baixo crescimento

Democracia = governo suscetível a pressões políticas

Desigualdade = sociedade formada por grupos muito diferentes entre si, com diferentes dotações de capital humano, renda e riqueza, e que demandam do governo políticas muito diferentes

Para evitar uma crise política e preservar a democracia nascente, o governo lança mão de diversas políticas de **gasto público** e **regulação econômica** que distribuem renda e patrimônio em favor dos diferentes grupos:

- a) Os ricos
- b) Os pobres
- c) Alguns grupos de renda média

Redistribuição para os ricos

Política de campeões nacionais (presente) e “hospital de empresas (passado);
Acesso de grupos politicamente conectados aos recursos dos fundos de pensão das estatais;
Proteção à competição internacional seletiva a setores com conexões e poder de *lobby* (substituição de importações desde os anos 40);
Sucessivos perdões a dívidas agrícolas de grandes produtores;
Fundos de desenvolvimento regional capturados por grandes empresas e elites locais;
Captura dos recursos de *royalties* de petróleo pelas elites municipais.

Tabela 3.6 - Desembolsos do Sistema BNDES por porte de empresa (2012)

	R\$ bilhões	% do PIB	Particip. %
Micro	23,9	0,5%	15%
Pequena	12,5	0,3%	8%
Média	13,7	0,3%	9%
Média-Grande	8,2	0,2%	5%
Grande	97,7	2,2%	63%
TOTAL	156,0	3,5%	100%

Fonte: BNDES. Elaborado pelo autor.

Tabela 3.5 - Taxas médias de juros para operações de crédito nos mercados direcionado e livre – média de março 2011 a setembro 2013 (% ao ano)

DIRECIONADO		% ao ano
Total		8,54
Pessoas jurídicas		8,98
Pessoas jurídicas - Crédito rural total		8,68
Pessoas jurídicas - Capital de giro com recursos do BNDES		9,82
Pessoas jurídicas - Financiamento de investimentos com recursos do BNDES		8,82
Pessoas físicas - Financiamento imobiliário		15,16
LIVRE		% ao ano
Total		29,54
Pessoas jurídicas - Total		21,89
Pessoas jurídicas - Desconto de duplicatas		31,13
Pessoas jurídicas - Capital de giro total		19,04
Pessoas físicas - Total		38,07
Pessoas físicas - Crédito pessoal não consignado		73,45

Fonte: Banco Central do Brasil – Sistema de Séries Temporais.
Elaborado pelo autor.

Redistribuição para os pobres

Necessidade de votos para sobreviver em uma democracia leva os políticos a expandir as políticas sociais;

Antes da redemocratização: estatísticas sociais “africanas”

Depois da redemocratização: os pobres são um contingente numeroso de eleitores e não podem ser deixados de lado (Alesina e Rodrik - 1994; Person e Tabellini – 1994);

Face mais visível da expansão do gasto público corrente: elevação do salário-mínimo real, benefícios de prestação continuada (BCP), aposentadorias rurais, Bolsa Família, Abono Salarial, maiores gastos em educação e saúde, etc.

Despesa com programas de transferência monetária para os pobres: 2002 vs. 2012

	% do PIB		Variação Real 2002-2012 (%)	
	2002	2012	Total	Per Capita
Bolsa Família (A) ⁽¹⁾	0,11	0,48	606	535
Benefícios aos idosos e aos deficientes de baixa renda (LOAS) ⁽²⁾	0,23	0,66	382	334
Benefícios previdenciários urbanos = 1 SM ⁽³⁾	0,80	1,26	165	138
Benefícios previdenciários rurais = 1 SM ⁽³⁾	1,12	1,53	130	107
Sub-total de despesas com impacto redistributivo (A)	2,27	3,93	179	151
Abono e Seguro Desemprego (B)	0,49	0,88	206	175
Total das despesas com impacto redistributivo e vinculadas ao SM (C) = (A)+(B)	2,75	4,81	183	155
Total da despesa primária (D)	15,72	18,28	96	77
(A) / (D)	14,4%	21,5%		
(C) / (D)	17,5%	26,3%		

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional – Resultado primário do Governo Central, e Ministério do Desenvolvimento Social.

(1) Valor de 2002 corresponde ao somatório dos programas assistenciais incorporados pelo Bolsa Família em 2004.

(2) Valor de 2002 informado pelo MDS (<http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/indice.htm>)

(3) Calculado aplicando-se a participação percentual dos benefícios urbanos e rurais na despesa total de 2011 à despesa total de 2012.

Deflator: IPCA

Tabela 4.2 - Gasto público em educação básica: 2001 vs. 2011 (% do PIB)

	% do PIB		Variação Real 2001-2011(%)	
	2001	2011	Total	Per Capita
Educação básica (educ. infantil ao ensino médio) (A)	3,30	4,39	125	102
Carga Tributária (B)	31,87	33,51	78	60
(A)/(B)	10,4%	13,1%		

Fontes: INEP-MEC e Receita Federal do Brasil.

Deflator: IPCA.

Elaborado pelo autor.

Tabela 4.5 - Despesa da União com a função saúde: 2002 vs. 2011 (% do PIB)

	2002	2011	% da desp. primária em 2011
Atenção básica e prevenção ¹ (A)	0,35	0,43	2,5%
Assist. Hospitalar e Ambulatorial (B)	0,96	0,88	5,0%
Outras (C)	0,41	0,43	2,5%
Total (D) = (A)+(B)+(C)	1,72	1,74	10,0%
Total da despesa primária (E)	15,72	17,48	
(D)/(E)	10,9%	10,0%	

Fonte: SIAFI – Sistema Siga Brasil.

(1) Inclui: atenção básica a saúde, saneamento básico rural e urbano, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.

Elaborado pelo autor.

Redistribuição para a classe média

Sistema previdenciário regressivo, caro e insustentável (consumindo 11% do PIB)

Remuneração e aposentadoria privilegiadas para os servidores públicos

Ensino superior gratuito para os estudantes das classes média e alta

Estatuto do Idoso e Estatuto da Juventude

Sindicato de trabalhadores formais bloqueando reforma da previdência e das leis do trabalho

Tabela 5.2 - Gasto público em educação por aluno em relação ao PIB *per capita*, por nível de ensino – vários países (2008)

	Fundamental	Médio	Superior	Superior/Fundamental	Superior/Médio
	(A)	(B)	(C)	(D)=(C)/(A)	(E)=(C)/(B)
Índia	8,9	16,2	55,0	6,2	3,4
Brasil	18,0	13,4	93,2	5,2	7,0
México	13,4	13,8	35,4	2,6	2,6
Uruguai	8,5	10,4	18,1	2,1	1,7
França	17,1	26,6	33,5	2,0	1,3
Irlanda	15,0	22,8	26,4	1,8	1,2
Reino Unido	22,1	27,3	29,2	1,3	1,1
Portugal	22,4	34,0	28,8	1,3	0,8
Espanha	19,4	24,0	23,5	1,2	1,0
Estados Unidos	22,2	24,6	25,4	1,1	1,0
Argentina	13,2	20,3	14,2	1,1	0,7
Chile	11,1	12,4	11,5	1,0	0,9
Japão	21,9	22,4	19,1	0,9	0,9
Coréia do Sul	17,2	22,2	9,5	0,6	0,4

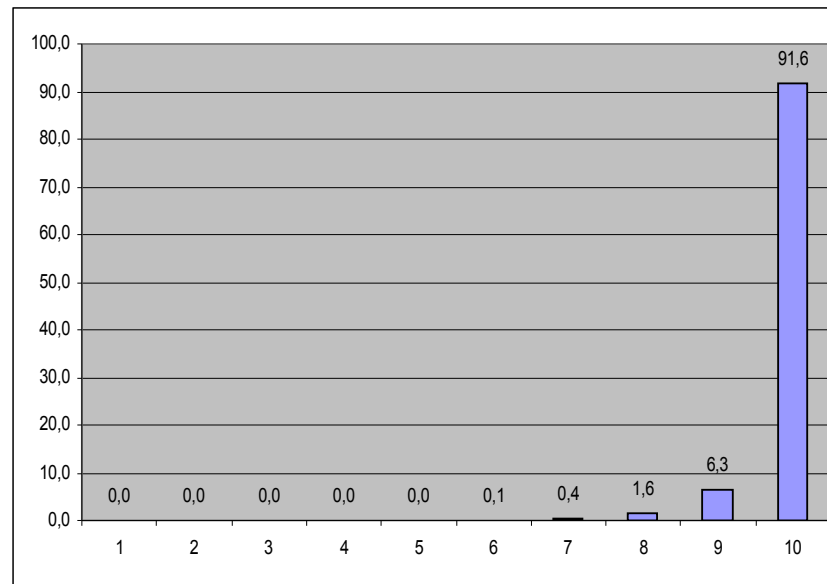
Fonte: Veloso (2011).

Tabela 5.5 - Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada (2012)

	Greves		Horas Paradas		Média de Horas Paradas (C) = (B)/(A)
	Número (A)	%	Número (B)	%	
Funcionalismo público	380	43,7	65.393	74	172
Empresas estatais	28	3,2	1.434	2	51
Setor privado	461	53,0	21.223	24	46
TOTAL	869	100,0	88.050	100	101

Fonte: DIEESE (2012). Elaborado pelo autor.

Gráfico 5.2 - Incidência do Imposto de Renda Pessoa Física por Percentil de Renda (2009)



Fonte: Siqueira, Nogueira e Souza (2012).

Tabela 5.7 - Projetos apresentados no Congresso Nacional entre Janeiro de 2011 e Novembro de 2013 com objetivo de conceder benefícios fiscais, no âmbito do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

	Quantidade	% do Total
TOTAL	215	100%
Origem Executivo	4	2%
Origem Legislativo	211	98%
Grupos beneficiados		
Pacientes	51	24%
Domésticos	22	10%
Idosos	19	9%

Fonte: Senado e Câmara dos Deputados. Elaborado pelo autor.

Potencialização da disputa redistributiva e do rent-seeking

Com a entrada no jogo dos grupos de renda baixa e intermediária após à redemocratização, multiplicam-se as demandas por privilégios; os interesses cruzados e conflitantes; o impacto sobre as finanças públicas (Lisboa e Latif, 2013).

Os ricos, antes em posição privilegiada, passam a ter que pagar parte da conta por meio de tributação alta, crescente e distorciva.

Os mecanismos redistributivos se multiplicam de tal forma, que fica difícil saber quem é ganhador ou perdedor líquido. Difícil obter consenso para reformas (Fernandez e Rodrik, 1991; Rajan, 2006) – só crises agudas induzem reformas.

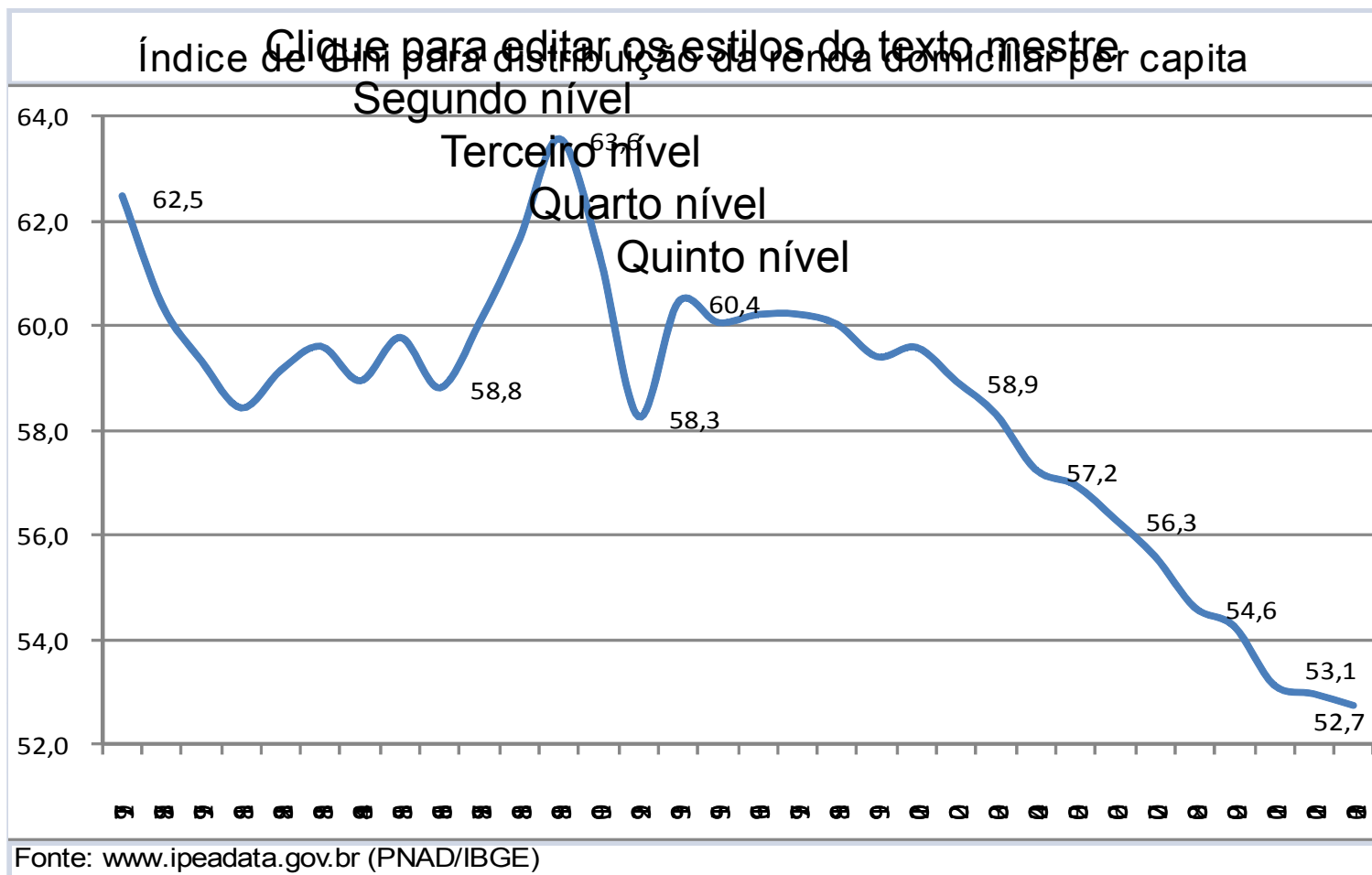
Rent-Seeking e crescimento econômico:

Financiamento para investimentos nas mãos dos mais influentes e não dos mais produtivos;

Perde-se tempo disputando riqueza já existente e com atividades defensivas (o suborno, a barganha política, segurança privada, etc.), o que poderia ser alternativamente investidos em bens e serviços mais produtivos;

O governo é usado como um instrumento para transferir/proteger rendas, em vez de ser um provedor de serviços públicos.

Boa notícia: a desigualdade está caindo



Um ciclo virtuoso em direção ao consenso da classe média?

Queda da desigualdade reduz heterogeneidade dos grupos sociais: menor conflito e maior espaço para reformas no futuro. (Banerjee e Duflo – 2003; Easterly – 2001)

Educação (Saint Paul e Verdier – 1993)

Redução da restrição ao crédito (Banerjee e Newman - 1993, Galor e Zeira - 1993, Ghatak e Jiang -2002)

Aumento do horizonte de planejamento e das aspirações dos pobres (Banerjee e Duflo – 2011; Ray 2006)

Um ciclo vicioso?

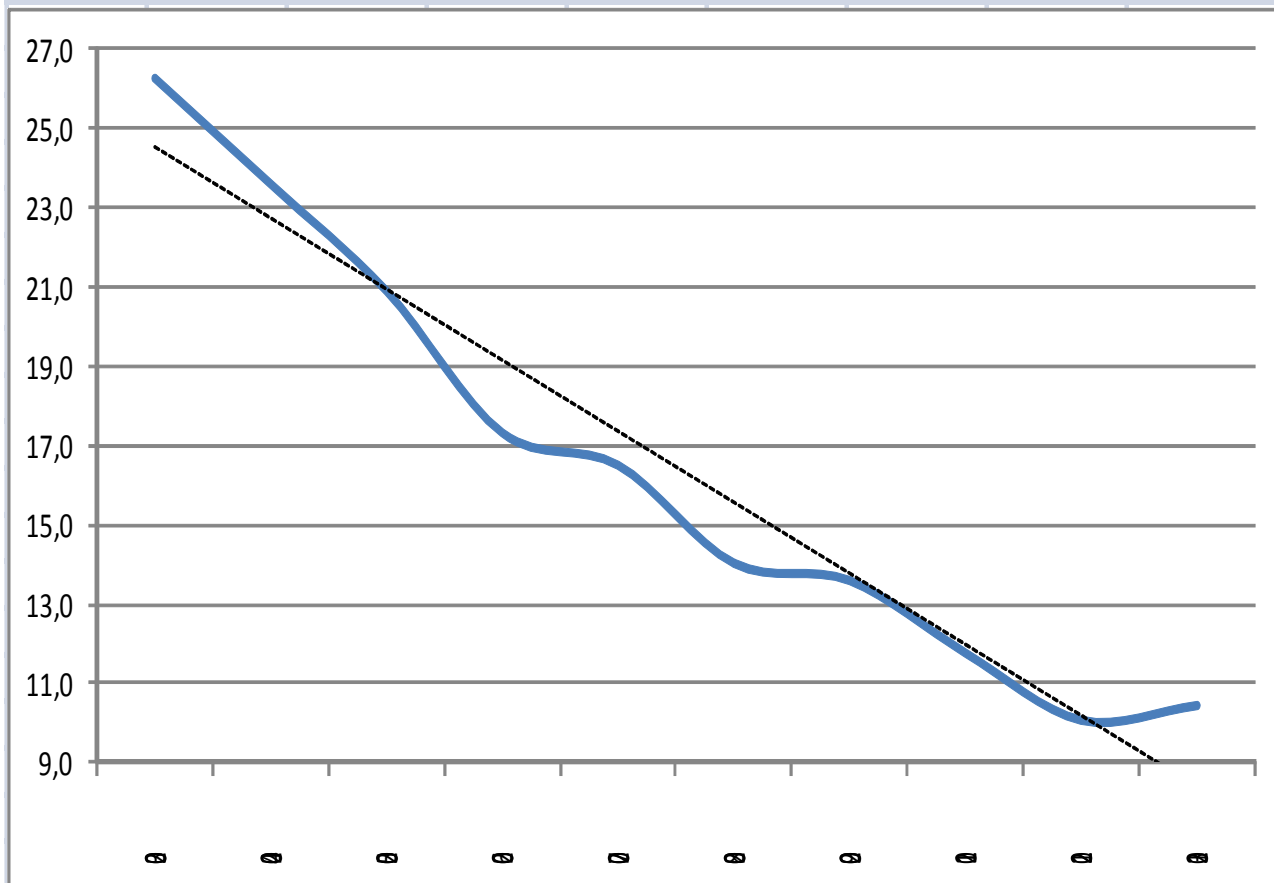
Desigualdade estabilizando-se em nível elevado (Souza e Medeiros, 2013);

Indicador de pobreza extrema parou de cair (IPEA, 2014)

Ex-pobres vulneráveis tendem a voltar para a pobreza em caso de deterioração macroeconômica (Ferreira et al, 2013);

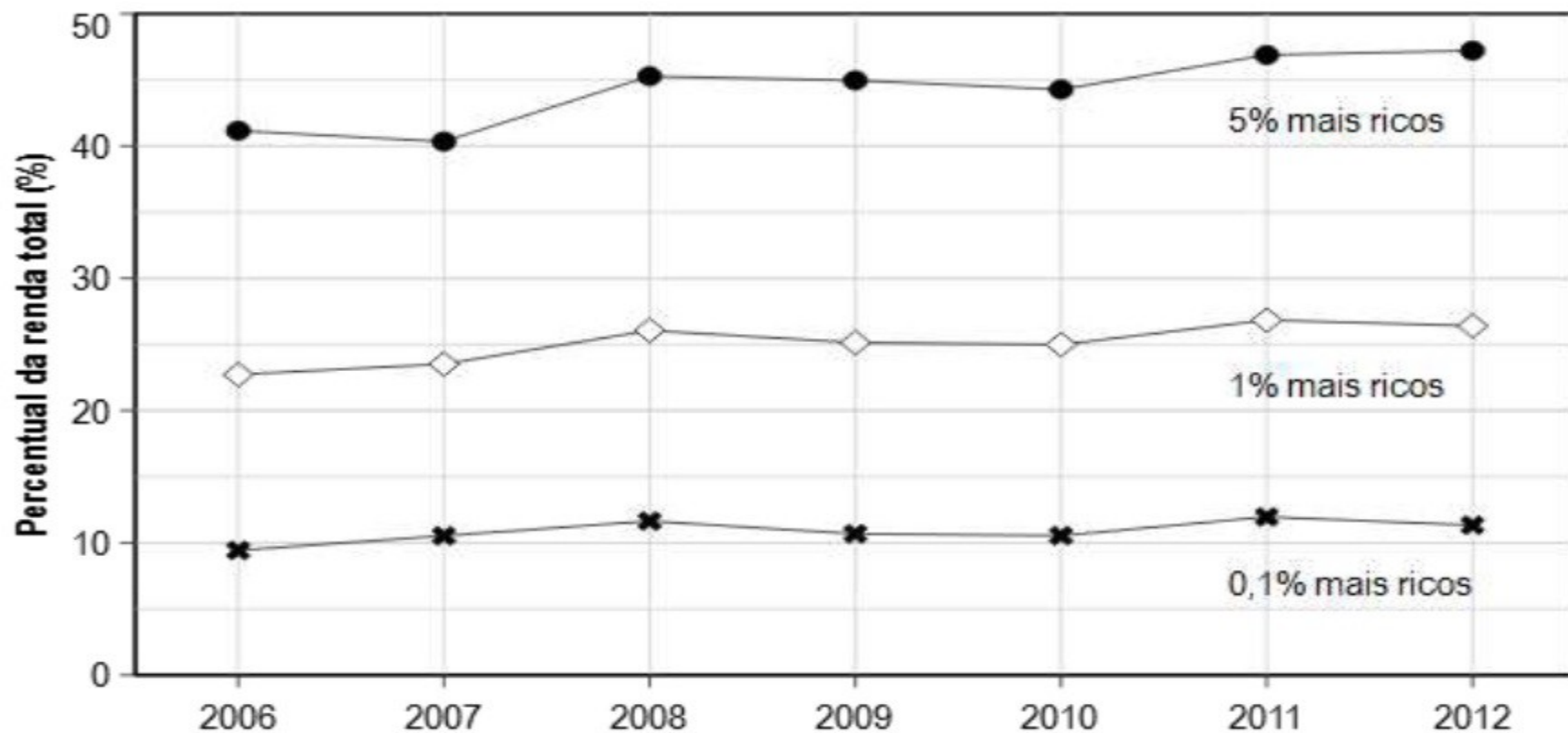
Dúvidas sobre a real intensidade da queda da desigualdade

Número de Indivíduos Extremamente Pobres - Linha da Pobreza Baseada em Necessidades Calóricas



Fonte: www.ipeadata.gov.br

Percentual da renda total apropriada pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos – Brasil, 2006/2012



Medeiros, Marcelo; Souza, Pedro; Castro, Fábio “**O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012**”

Conclusões importantes de Medeiros, Souza e Castro

“é provável que a queda da desigualdade nesse período, identificada nas pesquisas domiciliares, não tenha ocorrido ou tenha sido muito inferior ao que é comumente medido” (p. 14)

“(…) a concentração de renda no topo é impressionante(…) a desigualdade que ela expressa é extremamente alta e não dá sinais de mudança” (p. 17)

“(…)os ricos são mais resistentes à queda da desigualdade que o restante da população.(…) a maior parte da mudança na desigualdade deve ocorrer entre os estratos que estão mais na base e no centro da distribuição” (p. 24)

O que fazer?

Acabar com a democracia? Não

Acabar com as políticas pró-pobre e adotar modelo puramente liberal?
Não

Priorizar as reformas que, ao **mesmo tempo, reduzam desigualdade e aumentem eficiência econômica**: previdência, educação, infraestrutura que beneficia os pobres (saneamento, transporte público);

Focar políticas sociais para reduzir dissipação da redistribuição;

Aproveitar janelas de oportunidade para fazer reformas pontuais possíveis (ex: melhoria do marco de concessões frente às dificuldades de curto prazo);

Resistir às contra-reformas (ex: fim do fator previdenciário) e à deterioração das instituições garantidoras da responsabilidade fiscal;
Reforçar instituições de controle fiscal e transparência

Referências citadas

- Acemoglu, Daron, Robinson, James A. (2011) *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Princeton University Press.
- Alesina, Alberto, Rodrik, Dani (1994) *Distributive Politics and Economic Growth*. *The Quarterly Journal of Economics*, V. 109, Nº 2, 465-490
- Alston, Lee J., Melo, Marcus, Muller, Bernardo, Pereira, Carlos (2012) *Changing Social Contracts: Beliefs and Dissipative Inclusion in Brazil*. NBER – Working Paper 18588.
- Banerjee, Abhijit, Duflo, Esther (2003) *Inequality and Growth: What Can the Data Say?* *Journal of Economic Growth*, 8, 267-299.
- Banerjee, Abhijit, Newman, Andrew (1993) *Occupational Choice and the Process of Development*. *Journal of Political Economy*, vol. 101, nº 2, April, p. 274-298.
- Chong, Alberto, Gradstein, Mark (2007) *Inequality and Institutions*. *The Review of Economics and Statistics*, 89(3), Aug., 454-465.
- Easterly, William (2001) *The Middle Class Consensus and Economic Development*. *Journal of Economic Growth*, (6), 4, Dec., 317-335.
- Engerman, Stanley, Sokoloff, Kenneth (2002) *Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies*, NBER Working Paper 9259.
- Fajnzylber, P. et al. (2002) *What Causes Violent Crime?*. *European Economic Review*, 46, p. 1323-57.
- Fernandez, Raquel, Rodrik, Dani (1991) *Resistance to Reform: Status Quo Bias in the Presence of Individual-Specific Uncertainty*. *The American Economic Review*, v. 81, n. 5, p. 1146-1155.
- Ferreira, Francisco H.G. et al (2013) *Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class*. World Bank.
- Galor, Oded, Zeira, Joseph (1993) *Income Distribution and Macroeconomics*. *The Review of Economic Studies*, 60, 35-52.
- Ghatak, Maitreesh, Jiang, Neville (2002) *A Simple Model of Inequality, Occupational Choice, and Development*. *Journal of Development Economics*, 69, p. 205-226.
- Glaeser, Edward, Scheinkman, J., Shleifer, Andrei (2003) *The Injustice of Inequality*. *Journal of Monetary Economics*, 50, 199-222.
- Gradstein, Mark (2007) *Inequality, Democracy and the Protection of Property Rights*. *The Economic Journal*, 117, Jan., 252-269.
- Lazzarini, Sérgio G. (2011) *Capitalismo de laços*. Ed. Campus.
- Lisboa, Marcos de B., Latif, Zeina (2013) *Democracy and Growth in Brazil*. Mimeo. Insper-SP.
- Medeiros, M. et al (2014) *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012*. Ipea. Mimeo.
- Naritomi, Joana, Soares, Rodrigo R., Assunção, Juliano J. (2012) *Institutional Development and Colonial Heritage within Brazil*. *The Journal of Economic History*, v. 72, n. 2, p. 393-422.
- Persson, Torsten, Tabellini, Guido (1994) *Is inequality Harmful for Growth?* *The American Economic Review*, Vol. 84, Nº 3, 600-621.
- Pessôa, Samuel de A. (2011) *O Contrato Social da Redemocratização*. In: Bacha, E., Schwartzman, S. (Orgs.) (2011) *Brasil: a nova agenda social*. Ed. Gen/LTC, p. 204-211.
- Piketty, T. (2014) *Capital in the twenty-first century*. Belknap- Harvard.
- Rajan, Raghuran (2006) *Competitive Rent Preservation, Reform Paralysis, and the Persistence of Underdevelopment*. NBER – Working Paper 12093.
- Robinson, James A. (2008) *The Political Economy of Redistributive Policies*. Background Paper for the UNDP project on “Markets, the State, and the Dynamics of Inequality: how to advance inclusive growth”. Mimeo.
- Saint-Paul, Gilles, Verdier, Thierry (1993) *Education, Democracy and Growth*. *Journal of Development Economics*. 42, p. 399-407.
- Sonin, Konstantin (2003) *Why the Rich may Favor Poor Protection of Property Rights*. *Journal of Comparative Economics*, 31, 715-731.
- Souza, Pedro H.G.F, Medeiros, Marcelo (2013) *The Decline of Inequality in Brazil, 2003-2009: The Role of the State*. Universidade de Brasília, Economics and Politics Research Group, Working Paper, 14/2013.
- Stiglitz, J.E. (2013) *The price of inequality: how today's divided society endangers our future*. W.W. Norton and Company Inc.
- Thorbecke, E., Charumilind, C. (2000) *Economic Inequality and its Social Impact*. *World Development*, v. 30, n. 9, p. 1477-1495.
- Zanella, Fernando, C., Ekelund, Robert B., Laband, David N. (2003) *Monarchy, Monopoly and Mercantilism: Brazil vs. The United States in the 1800s*. *Public Choice*, 116: 381-398.

Muito obrigado

Clique para editar os estilos do texto mestre

